



Fls. nº 70
Rubrica CP

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA
CPL – Comissão Permanente de Licitação

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA POR VALOR

Nos termos do art. 24, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divina Pastora, instituída pela Portaria nº 68/2018, de 02 de janeiro de 2018, apresenta Justificativa para a contratação de empresa para aquisição e fornecimento parcelado água mineral e gás GLP para esta Câmara, de acordo com Projeto e mediante as considerações a seguir:

Considerando a necessidade da aquisição e fornecimento parcelado de a água mineral e gás GLP para esta Câmara;

Considerando que a necessidade dessa aquisição e fornecimento parcelado de água mineral e gás GLP destina-se à necessidade interna da Câmara, no atendimento de suas funções Legislativas e Institucionais;

Considerando que a aquisição e fornecimento parcelado de água mineral e gás GLP não se referem a parcelas de uma mesma compra ou serviço que possa ser realizada conjunta, concomitantemente e de uma só vez;

Considerando que o custo econômico para essa licitação é superior ao benefício dela extraível e que a pequena relevância econômica não justifica os gastos com uma licitação comum, para esse pequeno montante, enquanto se realiza a licitação definitiva;

Considerando que um procedimento licitatório é desnecessário, pois se tem, neste caso, hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a redação dada pela Lei nº 11.107/05, em seu parágrafo único, estabelece as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação – razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço – **ainda que dispensada a justificativa para o presente caso**, de acordo com o *caput* do mesmo artigo supramencionado, o qual achamos por bem transcrever:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 **e no inciso III e seguintes do art. 24**, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, **necessariamente justificadas**, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5

CP
Comissão Permanente de Licitação
Carla



Fls. nº 21
Rubrica CP

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA
CPL – Comissão Permanente de Licitação

(cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

(...)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço; (destaquei).

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da empresa não foi contingencial. Prende-se ao fato de ter sido ela a que apresentou o menor preço dentre aquelas consultadas para aquisição e fornecimento parcelado de água mineral para esta Câmara e que o preço, conforme pode se constatar através da confrontação dos valores apresentados pelas demais empresas e da proposta apresentada pela empresa vencedora, verifica-se, facilmente, ser este compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, um pouco abaixo daqueles.

Considerando, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no caput suso-aludido artigo, atemo-nos aos ensinamentos do Ilustre Administrativista Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando preconiza que: “Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26.”¹, é que assim o fizemos.

Ex positis é que entendemos ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 24, II, c/c art. 26, parágrafo único, II e III, todos da Lei nº 8.666/93, em sua edição atualizada.

Assim, como já dito, feita a pesquisa de preços de mercado e analisada a documentação exigida foi escolhida a empresa REGIVALDO OLIVEIRA SANTOS – ME CNPJ 15.461.305/0001-78, em 1º lugar, por ter apresentado menor preço. A proposta da empresa vencedora apresentou o seguinte valor unitário: R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), para a água mineral, e o valor unitário: R\$ 80,00 (oitenta reais), para o gás GLP, totalizando o valor global da proposta de R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais).

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação correrão por conta seguinte dotação orçamentária:

UO: 0101 - Câmara Municipal de Divina Pastora
Ação: 2001 – Manutenção da Câmara Municipal

¹ in JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2006. Dialética.



Fls. nº 22
Rubrica CP

ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA
CPL – Comissão Permanente de Licitação

Classificação Econômica: 3390.30.00.00 – Material de Consumo
Fonte de Recursos: 1001

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 26 da mesma norma jurídica já aqui mencionada, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas a título de formalização, submetemos a presente justificativa, ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Divina Pastora, para apreciação e posterior ratificação.

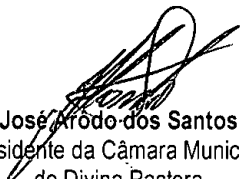
Divina Pastora, 08 de fevereiro de 2018.


Izabel Cristina Santos
Presidente da CPL


Cristiana Costa dos Santos Oliveira
Membro


Carla Meriel Lima Santos
Membro

Ratifico!
Em 08 / 02 / 2018.


José Afonso dos Santos
Presidente da Câmara Municipal
de Divina Pastora